



HISTÓRICO DO PARQUE LAGE

A evolução histórica do Parque Lage clareia a memória de um Rio Antigo e retrocede ao ano de 1620, quando Rodrigo de Freitas de Mello Castro comprou de Fagundes Varela o Engenho de Açúcar Del Rei, plantado às margens da lagoa atualmente conhecida por seu próprio nome. Com o tempo, reuniram-se ainda, sob o domínio dos Freitas, os engenhos de N. Sra. da Conceição e N. Sra. da Cabeça, sendo toda a extensão de terras denominada Engenho dos Rodrigo de Freitas.

Em 1809, o príncipe D. João desapropriou a Fazenda dos Freitas. Um inglês nobre, cujo nome escapa aos registros da época, comprou o parque, contratando para a execução de reformas locais, em 1840, o paisagista John Tyndale. O inglês Tyndale não hesitou em transformar o que antes não passava de uma floresta bruta em uma elegante e refinada quinta aos moldes europeus.

Quatro anos depois, a propriedade já pertencia a João Pereira de Almeida, para, em 1859, passar para o nome de Antonio Martins Lage. Pela quantia de oito mil réis, ele adquiriu o lugar, apressando-se por apelidá-lo de Chácara dos Lage. Os três filhos do senhor do engenho, Alfredo, Roberto e Antonio Filho, foram agraciados pelo pai, em 1900, com a transferência da área para o seu nome.

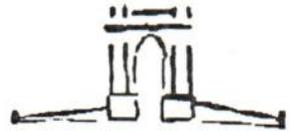
Vinte anos mais tarde, a chácara pertencia ao armador Henrique Lage, filho de Antonio e o maior benfeitor da propriedade. Isto porque foi ele o responsável pela decisão de construir uma mansão na quinta, digna das imediações, para agradar à mulher, a cantora lírica Gabriella Besanzoni Lage. O projeto, realizado pelo arquiteto italiano Mario Vodrel, sob a influência caprichosa da artista, imprimiu um ecletismo ímpar ao casarão, incluindo a importação de azulejos, ladrilhos e mármore da Itália para a ornamentação do interior. Salvador Payols Sabaté assinou a pintura decorativa das paredes e tetos.



A prosperidade de Henrique Lage, contudo, um dia chegou ao fim, obrigando-se a entregar boa parte das terras ao Banco do Brasil como forma de pagamento de dívidas contraídas com esta instituição. O restante foi vendido a uma empresa particular. De olho na necessidade de preservação do Parque Lage, o Instituto Florestal determinou o tombamento do lugar como patrimônio histórico e paisagístico. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) concretizou a operação, tombando-o, com a consequente desapropriação da área para a construção de um parque público. Em 65, o tombamento foi reafirmado a nível estadual.

A Escola de Artes Visuais é o antigo Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro (IBA), criado em 19 de junho de 1950, que funcionava na Praia Vermelha. Em 66, a transferência do IBA para o Parque Lage foi regulamentada pelo Governador Negrão de Lima. Em 1975, o nome Escola de Artes Visuais foi adotado. Quanto ao parque, em 76 passou ao domínio da União, que em 77 cedeu-o ao IBDF (hoje, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para ampliação da área do Jardim Botânico, sob forma de utilização gratuita, pelo Decreto Presidencial nº 80.494, de 5/10/77.

Após caloroso período de manifestações e tentativas de negociações com o IBAMA, a Escola de Artes Visuais foi autorizada a permanecer no Parque Lage e a estender sua área aos jardins - 174 mil metros quadrados -, através de Decreto Presidencial datado de 25 de abril de 1991.



CENTRO CULTURAL

O esvaziamento cultural que atinge o Rio de Janeiro nesses últimos anos passa ao largo da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Enquanto centros de artes cerraram portas durante anos a fio, em momento algum vetou-se a disponibilidade e atividade da galeria da escola. Situada logo à entrada do palacete, reúne nada menos que quatro salas de exposições em um total de 300 metros quadrados, sendo que, em alguns casos, o espaço para mostras estende-se pelos corredores, pátios, outras dependências da casa e pela área do parque.



FUNCIONAMENTO ATUAL DA ESCOLA

Um perfil de escola livre traçou-se nos últimos 18 anos pelo melhor time de professores de arte do país, sob a direção de Rubens Gerchman, Ruben Breitman, Marcus Lontra, Frederico de Moraes, Luiz Áquila, João Carlos Goldberg e a direção tríplice formada por Luiz Alphonsus de Guimaraens (diretor oficial), Maria do Carmo Secco e Xico Chaves, em gestões que sempre distanciaram a EAV da tradicional linha academicista tão comum na área. O conceito básico "escola livre", característico do sistema de ensino da EAV, evidencia algumas de suas mais atraentes particularidades. A instituição exclui-se da imposição de exames seletivos, diplomas e certificados, oferecendo cursos livres a alunos que têm à sua disposição um currículo amplo, a ser utilizado de acordo com a busca individual em artes plásticas. Dinâmica por convicção, a linha da EAV atrai profissionais liberais, artistas, estudantes de diversa áreas, donas de casa, enfim uma variedade de alunos à procura do conhecimento profundo da arte em uma escola que fomenta a discussão e gera novas correntes de pensamento no centenário da arte brasileira.

O sistema compreende 50 cursos por semestre, em média, além dos ministrados nas férias e os de curta temporada, coordenados por 56 professores e distribuídos em 10 núcleos: Pintura, Desenho, Três Dimensões, Gravura, Fotografia, Vídeo, Teórico, Infante Juvenil, Oficina Literária e Multimídia. As variadas expressões da arte contemporânea espalham-se por todas as salas do palacete do Parque Lage e pátio central, onde se encontra a piscina da mansão. Se a necessidade de desenvolvimento do aluno atinge nível de maior interesse em busca de uma linguagem própria, a EAV dispõe do Núcleo de Aprofundamento em Pintura. Através de entrevista selecionam-se alunos aos quais é destinado um ateliê permanente e o assessoramento constante de professores. Neste núcleo, como bem define o artista plástico e professor da EAV, Milton Machado, "o estudante é estimulado ao fazer, produzir objetos que busquem a condição especial de obras de arte através de leituras críticas permanentes entre professores e alunos"